



Ata da Sessão Ordinária nº 1498 da 20ª Sessão legislativa da Câmara Municipal de Iguaba Grande, Estado do Rio de Janeiro, realizada em 12 de Maio de 2016.

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às dezessete horas, neste plenário Ormindo Barreto da Costa “Caboclinho”, sito a Rodovia Amaral Peixoto, Km 102, Cidade Nova, Iguaba Grande, Estado do Rio de Janeiro, presidida por Vantuil Medeiros Martins, ocupando a 1ª Secretaria o vereador Bruno de Oliveira e a 2ª Secretaria vereador Balliester Werneck. Havendo número legal de Edis presentes declarou-se aberta a presente Sessão Ordinária. Para abertura dos trabalhos a presidência convidou o Vereador Paulo Cesar Rito a fazer a tradicional leitura bíblica, sendo esta: **Salmo 23**. Na sequência, foi feita a leitura da ata da Sessão de nº 1497 de 10 de Maio de 2016, sendo aprovada pela totalidade dos edis presentes. **Expediente: Indicação Legislativa nº 082 2016 de autoria do Ver. Nilson Amorim, Projeto de Resolução nº 007 2016 do Ver. Alessandro Grimauth, Proj. de Resolução nº 008 2016 do Ver. Leandro Coutinho; Proj de Resolução nº 010 2016 do Ver. Miqueias de Matos Gomes, Proj. de Resolução nº 09 2016 dos vereadores Bruno de Oliveira e Miqueias Gomes; Ofício nº 003 2016 do Ver. Alessandro Grimauth.** Comentários do Expediente: O primeiro edil a assumir a tribuna foi o Ver. Nilson Amorim. O primeiro assunto a ser tratado foi o Projeto de Lei à respeito da Database dos Servidores municipais, o edil afirmou apoio ao Ver. Alessandro quanto ao ofício. O Segundo edil a se pronunciar foi o Ver. Alessandro Grimauth que expôs o conteúdo do seu ofício no qual pede esclarecimentos à respeito do não envio à Câmara Municipal do Projeto de Lei versando sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores. O edil afirmou que de fato os vereadores precisam destas informações e justificou o fato de enviar um ofício à Prefeita, afirmando que é preciso esgotar todas as possibilidades antes de ser votado um requerimento. O edil citou ainda que o ofício pede esclarecimentos à respeito das negociações com o sindicato da categoria. Sobre a legalidade de ainda não ter enviado a Database o edil afirmou que teve uma mudança no sistema da Prefeitura e eles estão fazendo um levantamento para ver as condições orçamentárias para ver se tem condição de chegar aos 9% solicitados pelo Sindicato. O edil afirmou ainda que o Governo está aberto às negociações, está disposto a pagar o retroativo mas tem que ser dentro das condições orçamentárias do município. Por questão de ordem o Ver. Paulo Rito assumiu a tribuna questionando o Ver. Nilson a respeito do requerimento de sua autoria e que tem o mesmo conteúdo do ofício do Ver. Alessandro Grimauth. O Ver. Nilson respondeu pedindo que o ofício não desqualifique o requerimento reafirmando que vai assinar o ofício do Ver. Alessandro, desde que seu requerimento não seja desqualificado e seja votado. O ver. Marcelo do Regional assumiu a tribuna pedindo a garantia regimental para o pronunciamento dos representantes da Apae. Prosseguindo o edil direcionou a palavra ao Ver. Alessandro comentando os ofícios que foram enviados para a Prefeitura e que até hoje não foram respondidos e ficaram no esquecimento. O Edil afirmou que esta não é a forma que o Regimento ensina, afirmando que o que deve ser feito é o envio de requerimentos. O edil prosseguiu direcionando a palavra ao Presidente, Ver Vantuil questionando sobre o ofício direcionado à Ampla, o presidente respondeu afirmando que o ofício foi reiterado e que está aguardando o pronunciamento da Concessionária. O Ver. Marcelo também questionou o andamento dos ofícios da Previg e do Requerimento da Folha de Pagamento a respeito dos Servidores, o edil perguntou ainda sobre o repasse do Duodécimo. Respondendo o Ver. Vantuil Martins afirmou que os ofícios foram protocolados na Prefeitura e ainda estão dentro do prazo regimental e prazo estabelecido na Lei Orgânica para que o Executivo esteja encaminhando as respostas. Sobre o duodécimo o presidente afirmou que está divergindo com o Executivo os valores repassados afirmando que a presidência notificou por ofício e está aguardando pronunciamento por parte da Secretaria de Fazenda. O Ver. Marcelo retomou a palavra falando sobre a ausência da presença dos secretários municipais nas Sessões para prestar os devidos esclarecimentos, afirmando que o Governo não presta contas de nada e que parece que esta Casa está blindando o Governo. O Vereador afirmou ainda que os secretários não têm coragem de vir se explicar citando que no início do Governo os secretários vinham prestar contas, mas hoje não se têm mais informações nenhuma. O discurso sofreu um aparte do Ver. Alessandro que afirmou que foi uma sugestão sua de que os secretários viessem à Casa para prestar esclarecimentos. Concluindo o discurso o Ver. Marcelo pediu que o Ver. Alessandro retire seu ofício afirmando que já está mais claro do que tudo de que a Prefeitura não responde ofícios. **Passamos a Chamada Regimental** que confirmou a presença da totalidade dos Edis da Casa de Leis. **Passamos para a leitura das matérias da Ordem do Dia: Requerimento Legislativo nº 035 2016 do Ver. Nilson**



**Amorim.** Comentários da Ordem do Dia: O Ver. Marcelo de Oliveira foi o primeiro à assumir a tribuna nesta fase, comentando as matérias o vereador afirmou que defende o requerimento do Ver. Nilson afirmando que os ofícios não funcionam. As palavras do Vereador foram confirmadas pelo Ver. Paulo Rito que citou sua experiência. O Ver. Marcelo prosseguiu comentando o requerimento em que pede esclarecimentos à respeito da escala médica com detalhes sobre os profissionais que atendem no Pronto Socorro Municipal, o edil afirmou que o objetivo é a fiscalização e a transparência para que a população saiba o que está acontecendo. Concluindo o edil pediu a votação dos dois requerimentos. O segundo edil a assumir a palavra nesta fase foi o Ver. Nilson Amorim que falou sobre o requerimento de sua autoria em que pede esclarecimentos à respeito da negociação da Prefeitura com o Sindicato dos Servidores. O edil afirmou que é vergonhoso o que a oposição passa na Casa de Leis tendo seus requerimentos reprovados. Falando sobre os servidores o edil falou que os mesmos estão sendo esquecidos pelo Governo. O edil afirmou que é preciso conversar, mas os secretários não vêm até a Casa de Leis para prestar os esclarecimentos, o edil afirmou ainda que isto é uma falta de responsabilidade com os servidores. Prosseguindo o Ver. Nilson afirmou que a Câmara está com uma cortina negra e que é preciso tirar esta cortina e acender as luzes tirando a cidade das mãos de pessoas que não sabem administrar. O edil afirmou que o Governo está "delapidando" os servidores públicos. Concluindo seu discurso o vereador afirmou que não brinca de fazer política e que ama Iguaba Grande. **Antes da votação das matérias,** o Presidente, vereador Vantoil Martins autorizou o uso da tribuna por parte do diretor tesoureiro do Sindicato dos Servidores Municipais. No discurso o tesoureiro explicou o andamento das negociações com a Prefeitura perguntando aos edis se o descumprimento de uma lei não é caso de cassação pois a Data-base é lei e não está sendo cumprida. Prosseguindo o responsável citou o empréstimo que a Prefeitura pediu afirmando que os servidores não têm culpa se foi aprovado ou não. O representante afirmou que o Governo não tem caráter para vir há uma casa de Lei porque não cumpre Lei. Citou uma reunião que teve com a Prefeita em novembro do ano passado na qual ela afirmou que pagaria a data-base entre 10 e 12%. Concluindo o servidor afirmou que o Governo precisa se organizar para pagar o que é devido porque o servidor mal pago acaba acarretando o mal funcionalismo dos serviços. O Ver. Bruno de Oliveira se pronunciou afirmando que o valor do empréstimo não pode ser empregado na folha de pagamento do município. O Presidente, vereador Vantoil Martins, dirigiu a palavra aos servidores presentes afirmando que o reajuste aos servidores só pode se dar por meio de Lei e a Câmara aguarda o envio do Projeto de Lei para que seja apreciado, votado e consequentemente concedido a data-base aos servidores, afirmando ainda que os vereadores não têm competência legal para propor este projeto de lei que é de exclusiva iniciativa da chefe do Poder Executivo. **Seguimos para Votação: Requerimento nº 35 2016 de autoria do Ver. Nilson Amorim; aprovado por unanimidade.** Antes da fase de Explicações Pessoais o presidente autorizou o uso da tribuna por parte de representantes da Apae no Estado do Rio de Janeiro. O primeiro a assumir a tribuna foi o sr. Hélio Torres da Silva, Presidente da Federação das Apaes do Estado do Rio, o segundo a se pronunciar foi o procurador da Federação, Richarleston Tavares. No discurso os representantes explicaram a atual situação da Apae de Iguaba Grande afirmando que está tudo pronto para ter a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social para que a subvenção seja aprovada e que se ainda tem algo em desacordo eles precisam saber para poder providenciar o necessário. O discurso sofreu a intervenção do Presidente da sessão, vereador Vantoil Martins que trouxe um pouco do discurso feito pela presidente do Conselho Municipal de Assistência Social em sessão passada. O presidente pediu que os representantes procurem o Conselho Municipal de Assistência Social para que a situação seja resolvida. O Ver. Alessandro Grimauth também comentou os pronunciamentos explicando que o Governo está impedido de aplicar a subvenção porque o Conselho não aprovou os planos de trabalho apresentados pela Apae e que após a aprovação do Conselho a Prefeitura com certeza enviará para a Casa a subvenção para que os vereadores votem favoravelmente. **Passamos à fase de Explicações Pessoais:** O primeiro edil a se pronunciar nesta fase foi o Ver. Alessandro Grimauth que comentou a aprovação do requerimento afirmando que seu ofício será enviado e que o mesmo tem a solicitação de mais informações de relevante importância. Sobre o pronunciamento do representante dos servidores públicos o vereador explicou passo a passo cada questionamento, dando o parecer do Governo à respeito do assunto. O segundo edil a assumir a palavra nesta fase foi o Ver. Marcelo de Oliveira que também comentou a situação dos servidores e da atual gestão lendo um texto de sua autoria em que desabafa sobre a atual crise vivida no município. O terceiro edil a assumir a palavra foi o Ver. Nilson Amorim que agradeceu a aprovação do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**CAMARA MUNICIPAL DE IGUABA GRANDE**  
Sala das Sessões

requerimento de sua autoria. Continuando o vereador comentou o discurso do representante do Sindicato. Tratou ainda os temas Guarda Municipal, Apae e orla da Lagoa, afirmando que quem está errado hoje é o Executivo. Concluindo o vereador afirmou que não tem o rabo preso e que está preparado para o embate. O quarto Vereador a assumir a palavra foi Leandro Coutinho, em seu discurso afirmou que a tribuna da Câmara virou um belo palanque eleitoral, em seguida o edil justificou o voto a favor do requerimento. Prosseguindo o vereador afirmou que tem orgulho de ser da base e que com sua experiência tem a certeza de que este Governo fez muito mais do que os outros. A tribuna foi assumida pelo Ver. Lourenço Ramalho que falou sobre a função do vereador em um município afirmando que age segundo seus pensamentos e sua índole. Concluindo o edil afirmou que jamais vai votar em algo que seja desfavorável aos servidores municipais. Sobre a posição da base do Governo o edil afirmou que está a favor de todos os que precisarem. O quinto e último edil a assumir a tribuna foi o Ver. Vitor Medeiros, em seu discurso o edil falou sobre os votos aos requerimentos afirmando que tem que votar segundo sua consciência. O edil comentou ainda os discursos dos vereadores que o antecederam na tribuna firmando sua posição a respeito de cada colocação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declarou encerrada a presente Sessão convocando os nobres pares para a próxima Sessão Ordinária, a realizar-se em 17 de Maio do corrente ano, neste mesmo plenário. Para constar, eu, Karla Kamila Vidal, Oficial de Atas *ad hoc* da Câmara Municipal de Iguaba Grande, lavrei a presente Ata, a qual vai assinada depois de lida e aprovada pela Presidência, Secretários presentes e por esta Oficial de Atas.

Sala das Sessões, 12 de Maio de 2016.